

Artigo 74 Código Penal Comentado: Entenda o Resultado Divergente

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | novembro 6, 2024



O Artigo 74 do Código Penal aborda uma situação intrigante no campo do direito penal: a ocorrência de um resultado diverso do pretendido. **Este conceito refere-se a casos em que, por erro na execução, o resultado alcançado é distinto do originalmente almejado pelo agente.** Essa peculiaridade jurídica tem implicações significativas na forma como a responsabilidade criminal é atribuída, especialmente quando o evento culmina em uma ação culposa, em vez de dolosa.

Essa norma é essencial para compreender melhor o funcionamento do sistema penal brasileiro e suas exceções. A aplicabilidade do Artigo 74 é crucial em cenários judiciais onde o desvio no curso causal, ou erro na execução, resulta em danos a bens jurídicos diferentes dos inicialmente visados. Isso levanta questões importantes sobre a extensão da responsabilidade do réu em tais circunstâncias e como as decisões judiciais interpretam essas situações complexas.

Pontos Importantes

- Art. 74 aborda resultado diverso em crimes.
- Erro na execução pode levar a ação culposa.
- Responsabilidade penal é ajustada por resultado.

Entendendo o Conceito de Crime Culposo

O crime culposo ocorre quando o agente, sem intenção, causa um resultado definido como crime devido a imprudência, negligência ou imperícia. Para compreender melhor, é importante analisar como este crime é caracterizado e quais são suas consequências legais.

Caracterização do Crime Culposo

Um crime culposo é definido pela ausência de intenção de cometer o ato ilícito. Ao contrário de crimes dolosos, onde há intenção, no crime culposo o resultado ocorre por falta de cuidado adequado.

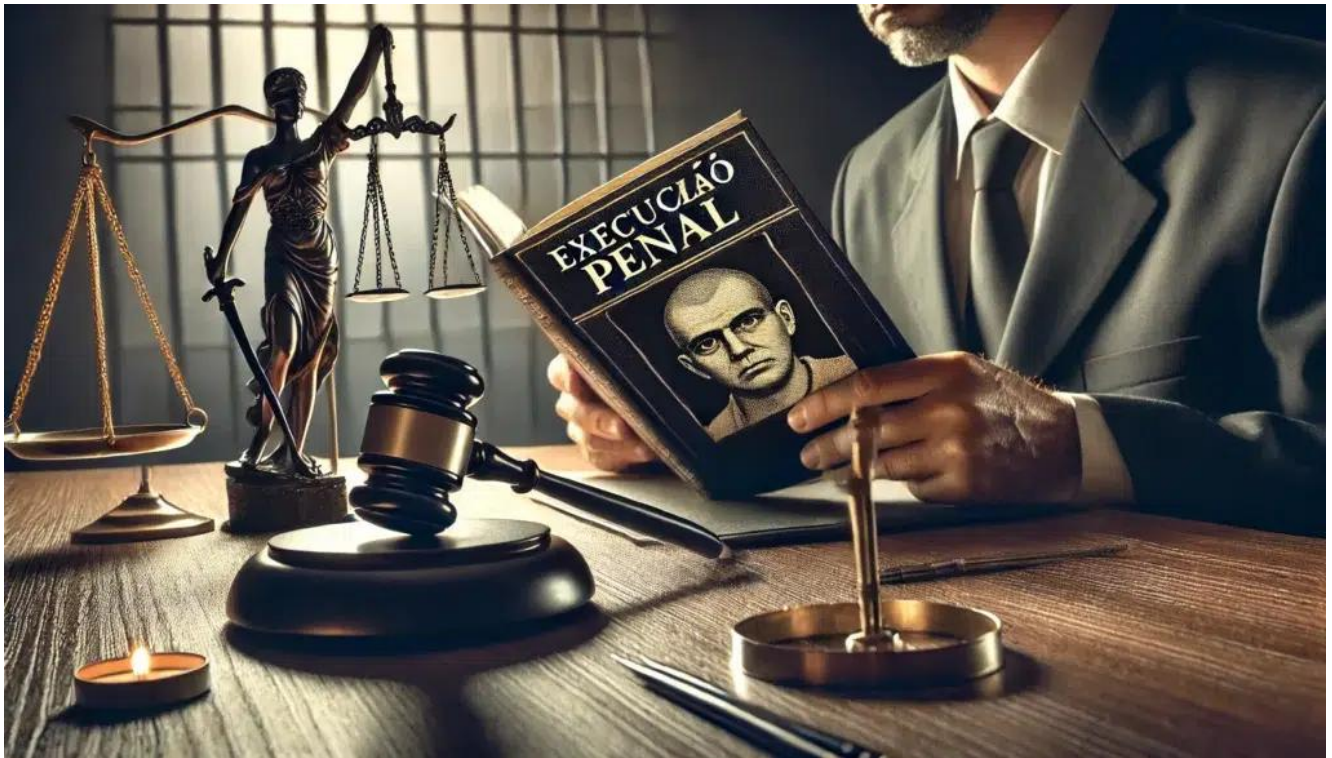
Os elementos essenciais incluem **negligência**, onde o agente não toma as devidas precauções, **imprudência**, quando age de maneira precipitada, e **imperícia**, que é a falta de habilidade técnica necessária. A caracterização exige que o comportamento do agente se desvie das normas legais de cuidado e prudência.

Consequências Legais do Crime Culposo

Diante de uma condenação por crime culposo, a pena tende a ser mais branda em comparação com crimes dolosos. Em muitos casos, a modalidade culposa é sancionada com penas restritivas de direitos ou multas, ao invés de penas privativas de liberdade.

A legislação brasileira prevê, no entanto, que a gravidade do crime culposo pode resultar em sanções mais severas, dependendo do dano causado e das circunstâncias do caso, como a reincidência do agente ou a extensão do dano cometido.

Erro na Execução do Crime



O erro na execução do crime, regulado pelo Artigo 74 do Código Penal Brasileiro, aborda situações onde um agente não atinge o alvo pretendido, gerando um resultado inesperado. Este fenômeno é frequentemente analisado em comparação com outros conceitos jurídicos, como *aberratio ictus* e *aberratio criminis*.

Definição de Erro na Execução

Erro na execução refere-se a uma situação onde, por fatores como falha na mira ou acidente, o agente atinge um objeto ou pessoa diferente do desejado, resultando em uma ação não intencional. Neste contexto, o agente pode ser responsabilizado por culpa se o resultado não desejado é, por si só, previsto como crime culposos. A legislação, ao estipular estas normas, busca assegurar que atos lesivos, mesmo acidentais, não fiquem impunes.

O artigo ainda prevê situações onde, se além do resultado diverso, ocorre também o resultado originalmente pretendido, a pena pode ser cumulada. Essa distinção é crucial para garantir que a intenção inicial e suas possíveis consequências sejam avaliadas de maneira justa, promovendo assim a equidade

jurídica.

Diferenças entre *Aberratio Ictus* e *Aberratio Criminis*

Aberratio ictus e *aberratio criminis* são conceitos que diferem significativamente no direito penal. Enquanto *aberratio ictus* ocorre quando o agente, por erro na execução, atinge uma pessoa ou bem distinto do pretendido, mantendo a mesma natureza jurídica, *aberratio criminis* envolve atingir um bem jurídico completamente distinto.

No caso de *aberratio criminis*, o agente visa uma conduta que, devido a um erro, resulta em um crime diferente daquele inicialmente planejado. Essa distinção é essencial para compreender as implicações legais e as penas aplicáveis. A análise destes conceitos permite um entendimento mais robusto das nuances legais ao lidar com crimes resultantes de erros não intencionais, promovendo uma justiça mais alinhada com as intenções e ações reais dos envolvidos.

Análise Jurídica do Resultado Diverso

O artigo 74 do Código Penal trata do conceito de **resultado diverso do pretendido**, onde um agente, ao executar um crime, pode causar um resultado não intencional. Este resultado impacta a responsabilização e as consequências legais para o agente.

Conceito de Resultado Diverso do Pretendido

O **resultado diverso do pretendido** ocorre quando, devido a um erro ou acidente na execução do crime, o agente não atinge o resultado originalmente pretendido, mas sim um diferente. Este

conceito, também chamado de *aberratio criminis*, implica que o agente pode ser responsabilizado por culpa se o fato configurado for previsto como crime culposo. Deste modo, a intenção original do agente e as circunstâncias do crime são cruciais na análise jurídica, pois influenciam diretamente a classificação e a penalidade a ser aplicada.

Implicações do Resultado Diverso

Quando o resultado do crime difere do pretendido, a responsabilidade do agente pode variar. Em muitos casos, o **agente responde por culpa**, ou seja, ele é julgado com base na negligência ou imprudência com que executou o ato. Isso tem implicações diretas na reparação do dano causado involuntariamente. O juiz deve considerar se o dano é de natureza culposa para determinar a necessidade de **reparação do dano** à vítima. Essa análise é central para garantir que a justiça penal atue de acordo com a real intenção e execução do crime.

Jurisprudência Relacionada

A jurisprudência envolvendo **resultado diverso do pretendido** tende a considerar se o agente tinha conhecimento das potenciais repercussões de suas ações. Casos de *aberratio criminis* muitas vezes examinam a existência de algum dano a terceiros e se houve justificativa razoável para o erro na execução do crime. Exemplos de decisões judiciais demonstram a importância de analisar cada situação específica, levando em conta fatores como a intenção original e o dano efetivamente causado. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por exemplo, frequentemente explora as nuances legais desses casos.

Aplicação Prática do Artigo 74



O **Artigo 74 do Código Penal Brasileiro** aborda situações onde ocorre um resultado diverso do pretendido devido a erro ou acidente na execução do crime. Este artigo se aplica principalmente a casos de homicídio culposo, lesão corporal culposa, tentativa de homicídio e dano culposo.

Casos de Homicídio Culposo e Lesão Corporal

Em casos de homicídio culposo e lesão corporal culposa, o agente não tem intenção de causar o resultado. Ele pode responder por homicídio culposo quando o resultado não intencional de uma ação negligente ou imprudente leva à morte de alguém.

Quando o erro resulta em lesão corporal, mesmo que o objetivo inicial não fosse ferir, a penalização ainda pode ocorrer. Esse tipo de erro [na execução](#) pode acontecer em situações onde a intenção é intimidar, mas acaba resultando em dano físico.

Em ambos os casos, o foco está na falha em prever consequências, destacando a importância de compreender as possíveis repercussões de suas ações.

Erro na Execução e Tentativa de Homicídio

Quando há erro na execução do crime, como na tentativa de homicídio, o agente pode acidentalmente atingir uma pessoa ou objeto diferente do pretendido. A tentativa de homicídio ocorre quando há intenção clara de matar, mas por erro, o alvo difere.

Neste contexto, a lei permite que o agente seja responsabilizado pelo resultado efetivamente produzido, se esse resultado se qualificar como crime. A regra visa cobrir os eventos que surgem não intencionais, mas ainda com potencial para dano significativo.

Esse aspecto do [artigo](#) é crucial para garantir que mesmo as tentativas frustradas, mas perigosas, sejam juridicamente reconhecidas.

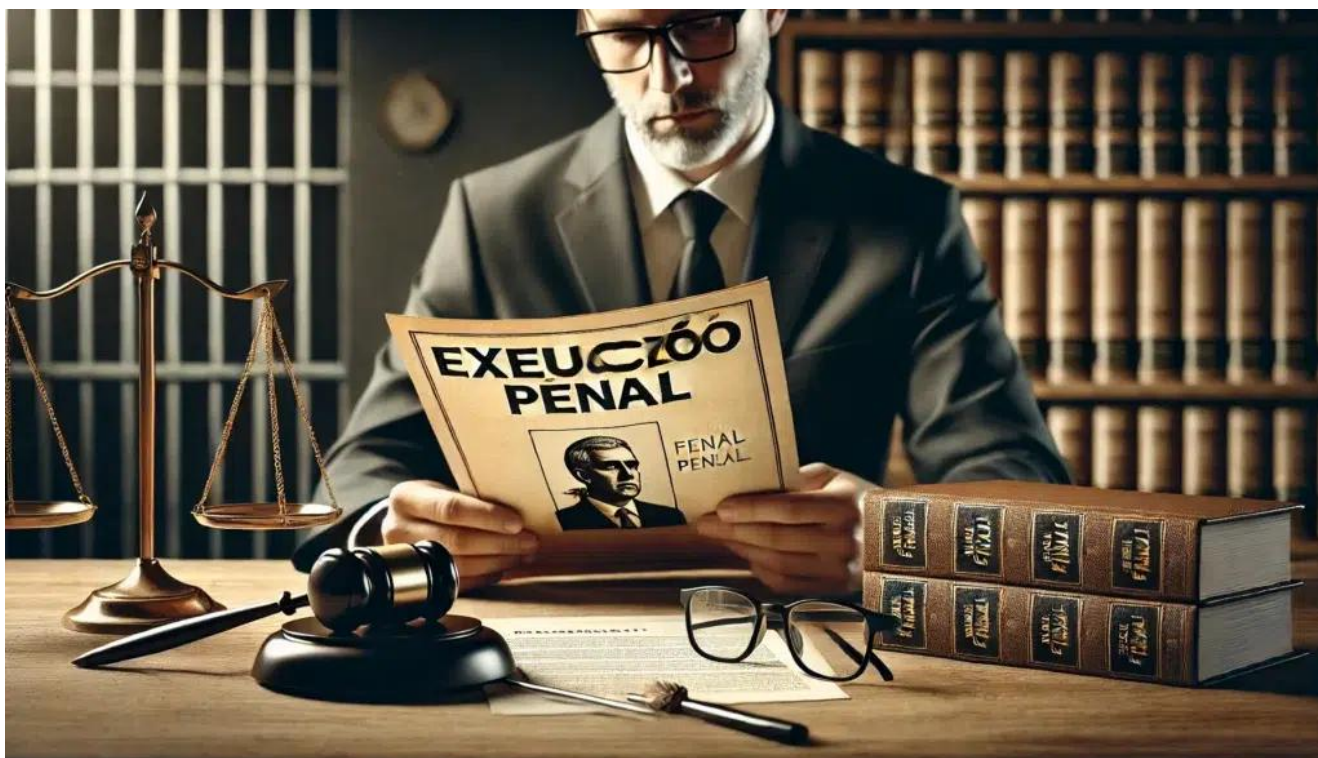
Dano Culposo e suas Ramificações

Dano culposo envolve a ocorrência de dano devido à negligência, imprudência ou imperícia. Este tipo de dano não é intencional, mas ainda assim resulta em consequências legais para o agente. No contexto do artigo 74, este conceito é importante em situações onde a ação não resulta apenas em lesões ou morte, mas também em outros tipos de dano.

Os tribunais podem considerar a responsabilidade pelo dano em situações onde a ação culposa cria resultados não previstos, abrangendo áreas como a propriedade ou bens públicos e privados. Tal especificidade fortalece o entendimento legal de responsabilidade e prevê justiça para todas as partes envolvidas.

Considerações Finais sobre o Artigo

74 e o Direito Penal Brasileiro



O **Art. 74 do Código Penal** brasileiro aborda situações em que o resultado obtido diverge do originalmente pretendido pelo agente. Essa norma reconhece a possibilidade de desvios em atos criminosos, determinando que, em tais casos, o agente pode ser responsabilizado por culpa se o fato puder ser configurado como crime culposos.

Há duas situações principais relacionadas ao Art. 74. A primeira envolve um único resultado, atingindo um bem jurídico diverso do pretendido. A segunda considera a possibilidade de ocorrer também o resultado inicialmente desejado, aplicando-se as regras do **concurso formal** para determinar a pena.

No contexto do **Direito Penal** brasileiro, a aplicação efetiva do Art. 74 assume importância crucial. Isso se deve ao fato de que essa norma busca equilibrar a intenção do agente com os efeitos reais de suas ações. Assim, ela reflete o princípio de que a intenção e o dano causado devem ambos ser considerados na aplicação de penas de **detenção** ou outras sanções.

A doutrina jurídica sublinha o papel do Art. 74 na distinção

entre dolo e culpa. Ele não apenas trata dos desvios acidentais nos resultados criminais, mas também reflete a intenção do legislador de garantir justiça na punição de atos através de um exame detalhado das circunstâncias envolvidas.

Perguntas Frequentes

O artigo 74 do Código Penal brasileiro trata das nuances dos resultados diversos do pretendido em atos criminosos. Aborda, entre outros, os conceitos de erro na execução e situações específicas onde esses erros podem ocorrer, influenciando o tratamento jurídico desses casos.

Qual é a definição de aberratio ictus no contexto do Código Penal?

Aberratio ictus ocorre quando, durante a execução de um crime, o agente atinge um alvo diverso do pretendido devido a um erro na mira ou no uso dos meios de execução. No direito penal, isso pode resultar em um tratamento diferente conforme as circunstâncias específicas do caso.

Como é tratado o erro na execução no âmbito do Direito Penal brasileiro?

No direito penal brasileiro, o erro na execução, ou aberratio criminis, implica que o agente pode responder por culpa se o evento for previsto como culposos. Isso é regulamentado pelo [artigo 74 do Código Penal](#), considerando os detalhes de cada situação.

Quais são as consequências jurídicas do resultado diverso do pretendido em um delito?

As consequências jurídicas podem variar desde a imputação de

culpa até a responsabilidade por um crime culposo, dependendo se o resultado original pretendido tinha previsão legal ou não. Isso depende muito do contexto específico do incidente e das interpretações feitas pelas autoridades judiciais.

Em que situações a aberratio criminis é aplicável segundo o Direito Penal?

Aberratio criminis aplica-se quando o agente, por erro, acerta um objeto ou pessoa diferente do que pretendia atingir. Isso envolve tanto o desvio no curso da execução quanto a escolha de meios inadequados, tornando necessária uma avaliação detalhada de cada caso.

Qual a diferença entre aberratio ictus e aberratio criminis?

A principal diferença reside no aspecto do erro: aberratio ictus refere-se a um erro na execução que atinge um alvo diferente, enquanto aberratio criminis é quando o bem jurídico atingido é diverso do pretendido desde o início. Ambas têm implicações jurídicas distintas.

Como o artigo 74 do Código Penal é interpretado pela doutrina e jurisprudência brasileiras?

A interpretação do artigo 74 pela doutrina e jurisprudência enfoca a análise dos erros na execução e sua influência nos resultados jurídicos. As interpretações buscam equilibrar a intenção do agente e o resultado efetivo da ação, conforme discutido em diversas análises jurídicas brasileiras e [jurisprudências](#).